

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal de Uberlândia utiliza como lema “Um bem público a serviço do Brasil”. Nessa direção, posiciona-se como um espaço de inclusão e de difusão dos conhecimentos acadêmicos e populares.

Exatamente nessa confluência de saberes a instituição apoiou, entre 8 e 10 de maio de 2019, a realização de três eventos parceiros: o 9º Simpósio Internacional “O Estado e as Políticas Educacionais no Tempo Presente”, a V Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA) e a VII Feira Regional de Economia Popular Solidária. A Jornada e a Feira foram organizadas com representantes do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA), do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Comunicação (GEPECC) e do Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps). Participaram da organização do trabalhadores de diversos movimentos e organizações sociais, como o Fórum Regional de Economia Popular Solidária do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (FREPS), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Central de Movimentos Populares (CMP), Movimento Popular pela Reforma Agrária (MPRA), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento dos Indígenas não Aldeados (MINA) e diversos coletivos constituídos por associações e cooperativas de trabalhadores de vários segmentos da sociedade.

Dentre as atividades da JURA, comunidade universitária, extensionistas e agricultores foram convidados a propor Rodas de Conversa sobre temas relacionados à questão agrária, construindo textos de referência para balizar as discussões com os trabalhadores. Foram apresentadas onze propostas, com temas relacionados à questão ambiental e aos serviços ecossistêmicos, como agroecologia, sementes crioulas, coleta seletiva e controle de vetores; temas essenciais para a organização da luta por uma nova sociedade no campo e na cidade, como saúde, segurança alimentar e nutricional, gênero, diversidade sexual e a luta pela terra; e questões como Economia Popular Solidária e Educação do Campo para que avancemos no sentido da construção de um novo ser humano.

Os participantes das Rodas foram motivados a ler esses textos antecipadamente e a expor suas vivências e posicionamentos sobre os assuntos trabalhados. Essas observações foram registradas e incorporadas aos textos aqui apresentados, aprofundando as reflexões pela força do coletivo.

Esse processo de construção e reflexão de conhecimentos está apresentado nesta edição especial da revista *Em Extensão*, em comunicações e relatos de experiência que sintetizaram os anseios de trabalhadoras e trabalhadores que participaram das atividades.

Em “Agroecologia como estratégia política, produtiva e ambiental para a defesa de uma reforma agrária popular”, Silva e companheiros discutem com os participantes da roda de conversa sobre os desafios para que o movimento agroecológico se configure como contraponto à destruição ambiental e social promovida pelo latifúndio e evidencie a importância de uma reforma agrária popular. Nessa direção, Siquieroli e companheiros refletem a importância das sementes crioulas para proporcionar maior autonomia aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária, frente ao contexto de agricultura tecnificada e empresarial que os circunda.

José Eustáquio Oliveira e companheiros debateram com os trabalhadores a questão da coleta seletiva e a importância de criar redes de cooperação entre as organizações produtivas solidárias que se ocupam da coleta, de forma que os trabalhadores possam resistir e avançar, devidamente reconhecidos como agentes ambientais. João Carlos de Oliveira e seus orientandos, no texto “Educação, comunicação e mobilização social, estratégias de promoção da saúde no monitoramento de vetores em assentamentos rurais: possibilidades e desafios”, discutem a disseminação de doenças como Dengue, Chikungunya, Leishmaniose, Febre Amarela e outras, e sua relação direta com a questão da degradação ambiental, ressaltando a importância do controle de vetores no campo e na cidade como estratégia de promoção da saúde.

Na confluência entre saúde e questão agrária, Tassi e Bezerra discutem a questão da soberania alimentar como fomentadora da transformação das relações sociais, posto que a discussão sobre a produção e o acesso à comida de verdade, em contraponto aos superprocessados, desperta e aprofunda os saberes em direitos por terra e por igualdade de gênero.

O papel das mulheres na Economia Popular Solidária foi discutido por Cleps Júnior e suas orientandas como forma de resistência ao modo de produção capitalista e seus papéis sociais, compreendendo a atuação feminina como possível estratégia de emancipação, geração de trabalho e renda e inclusão social. Para além de gênero, Chelotti e seus orientandos propuseram uma roda para discutir questões que são recorrentemente invisibilizadas, como a

pauta das sexualidades camponesas e a vivência LGBT dentro de acampamentos e assentamentos da Reforma Agrária no Brasil.

Cleps Júnior e seus orientandos do Laboratório de Geografia Agrária (LAGEA) refletiram com os trabalhadores participantes da JURA a realidade agrária brasileira. A partir dos dados do Banco de Dados da Luta pela Terra (DATALUTA), foi possível ter um panorama dos conflitos agrários, da estrangeirização da terra e da atuação dos movimentos socioterritoriais, possibilitando desconstruir e repensar conceitos acerca do espaço agrário e seus desdobramentos, especialmente no estado de Minas Gerais. Já Costa buscou refletir sobre a educação do campo na perspectiva de fortalecer a resistência contra a lógica capitalista, afirmando que a educação destinada aos povos do campo, apesar das políticas públicas existentes, continua sendo marginalizada e negligenciada pela maioria dos governos estaduais e municipais; evidenciando, assim, os desafios que precisam ser superados para a efetivação da educação do campo.

Finalmente, temos dois textos discutindo o conceito e a prática da Economia Popular Solidária. Marina Cardoso de Oliveira e companheiros refletem sobre o desafio de praticar a solidariedade em um contexto cada vez mais individualista e competitivo, enquanto Fernandes e companheiros afirmam a importância de práticas educativas críticas para que, enquanto sociedade, avancemos para o reconhecimento do outro, no sentido da solidariedade de classe, para além da caridade e da solidariedade jurídica. Esses textos, complementares em termos de abordagem, fecham as reflexões das trabalhadoras e trabalhadores participantes da V JURA que se propuseram ao exercício de pensar uma sociedade mais justa.

Corroborando o lema do Cieps – “solidariedade se realiza na prática” –, esperamos que as reflexões desse coletivo se traduzam em ações para o campo concreto.

Boa leitura a todas e todos!

Cristiane Betanho
Organizadora